

DE RECURSOS NATURAIS

Políticas devem definir exploração sustentável

Notícias, Política, 29.03.2017, 06, 30.007

O PAÍS vai melhorar a sua capacidade de fiscalização parlamentar da exploração de recursos naturais e a sua capacidade de elaboração de políticas que concorram para que esta actividade seja feita de uma forma sustentável.

A garantia foi dada ontem pelo primeiro vice-presidente da Assembleia da República, António Amélia, durante o lançamento do projecto "Fortalecendo o Papel do Parlamento e das Assembleias Provinciais da Área da Indústria Extractiva em Moçambique".

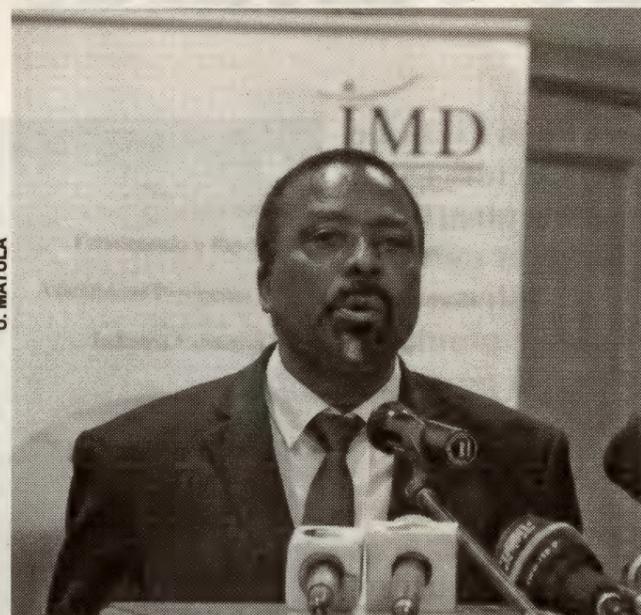
A iniciativa, levada a cabo pelo Instituto para Democracia Multipartidária, pretende contribuir para que o país tenha sistema de governação e fiscalização baseado na transparência, inclusão e prestação de contas.

António Amélia disse, a propósito, que este projecto vai permitir que os deputados da Assembleia da República e os membros das Assembleias Provinciais estarão em melhores condições de legislar a favor dos cidadãos.

"Não só na área de recursos naturais, mas a Assembleia da República advoga a capacitação constante dos deputados em diversas áreas para que estes sejam capazes de fiscalizar as actividades levadas a cabo em todas as esferas no país", referiu.

Sobre os recursos naturais, António Amélia afirmou que Moçambique se tornou num atractivo por parte das grandes multinacionais, bem como por parte da população, e isso desafia a elaboração de políticas adequadas para estimular uma exploração sustentável e que concorra para o crescimento da economia nacional.

"Acreditamos que o projecto fará com que os beneficiários se



António Amélia, vice-presidente da Assembleia da República

beneficiem dos conhecimentos e experiências de outros países para melhorar o seu entendimento sobre estas matérias e poder legislar melhor", acrescentou.

A embaixadora da Finlândia em Maputo, país que financia o projecto, Laura Torvinen, começou por parabenizar o Governo pela adesão à Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE), afirmando que este é um exemplo de clareza com que se espera sejam explorados os recursos naturais no país.

Sobre o projecto, a diplomata afirmou que esta é a primeira vez que a Finlândia vai trabalhar com a Assembleia da República, abrindo uma nova página nas relações que mantém com Moçambique, já lá vão 40 anos.

"Pensamos que é obrigação destes órgãos, a Assembleia da República e as Provinciais trabalharem para garantir que a

exploração dos recursos naturais obedeça a critérios aceitáveis como a transparência, sustentabilidade, respeito pelos direitos humanos e os resultados contribuam para o bem-estar dos cidadãos", defendeu a diplomata.

Com a duração de três anos, o "Fortalecendo o Papel do Parlamento e das Assembleias Provinciais da Área da Indústria Extractiva em Moçambique" tem a duração de três anos e está orçado em 1.5 milhão de euros.

A sua implementação será feita pelo Instituto para o Desenvolvimento Multipartidário (IMD) em colaboração com o Centro de Estudos e Formação Parlamentar da AR.

Para além da AR, este projecto de capacitação abrange os membros das Assembleias Provinciais de Inhambane, Manica, Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado.